
123ª Sessão Ordinária 14DEZ2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Ver. Paulo Brum, queria falar brevemente sobre um dos fatos que comentei na semana passada sobre a questão da leishmaniose, uma doença que atinge vários animais, como até comentei com o Ver. Prof. Alex Fraga. Hoje está aqui a advogada, a meu convite, que esteve no processo durante este um ano e meio, sendo que o Conselho Regional Veterinário se posicionou e, se não fosse uma batalha muito árdua por parte da advogada, perante a Justiça, aquele animal tinha sido encaminhado para eutanásia. Foi feito um acordo na Justiça. Para quem não sabe a leishmaniose é uma doença que atinge animais, mas que podem sobreviver com coleiras antimosquitos, sendo acompanhados de medicação. Inclusive há um veterinário hoje aqui – eu vim fazer uma homenagem – que está garantindo isso. É uma doença que tem tratamento, e eutanásia é calabouço, é falta de sentimento. Um animal que estava num abrigo há um ano e meio; na verdade, há mais tempo, pois há um ano e meio está em processo, diagnosticado e encaminhado - uma das provas foi a orientação do Conselho Regional Veterinário - para eutanásia, uma postura lamentável, uma postura vergonhosa. Venho aqui publicamente falar sobre isso, dizer que me envergonha bastante, justamente por animal que tem tratamento ser colocado em uma situação assim. Provavelmente se fosse um animal do veterinário que fez esse encaminhamento, não seria assim. E a partir da Marcia, que está aqui, a gente conseguiu uma grande vitória: conseguir um local, com a minha ajuda, para esse animal ser encaminhado. E esse animal, se for acompanhado, vai ficar garantida a sua vida num local com endereço fixo num centro urbano. Então, Marcia, tu tens todo meu apoio, minha admiração pela tua luta e que consigamos fazer com que, a partir desse caso, do Abel, seja mudada a regra e que nunca mais aconteça de nenhuma animal ter esse desfecho que gostariam ter dado ao Abel, e que seguramente muitos e muitos casos para trás foram o destino de eutanásia que se teve.

Por fim, queria fazer uma homenagem breve a esse veterinário que está aqui, Tiago, do Hospital Veterinário Pronto Vet. E eu quero dizer aqui – viu, ex-Prefeito Villela? – que o Tiago, para quem não sabe, foi o veterinário que atendeu os meus primeiros cem casos de animais, logo que entrei aqui, inclusive era acusado de que ele atendia de graça, e ele é a prova prática de que nunca atendeu de graça, pelo contrário, a minha conta ficou bem cara justamente por isso. E o Tiago atendeu de forma digna, profissional. Ele está aqui presente. Ele tem, em Viamão, um dos hospitais mais completos do Estado; tenho muita admiração. Fizemos uma boa parceria, não é Tiago? E tu tens a minha admiração, assim como a tua equipe. E esta homenagem que estou te fazendo aqui é justamente pelo reconhecimento do seu trabalho com animais estuprados, assassinados, com olhos furados, com os mais diversos tipos de cirurgias.

E quero também fazer uma homenagem, neste último minuto, a um dos casos mais difíceis que eu passei nesta vida de proteção animal, que foi o caso da cadela Petúnia. Uma cadela de nove anos que foi roubada na cidade de Cidreira – eu comentei aqui – e que teve ampla divulgação. Tiveram várias pessoas envolvidas, vários advogados, vários promotores, vários protetores, e conseguimos, todos juntos... E eu quero fazer aqui, a partir da Maria que foi incansável... Em dois anos que ela foi roubada, passou por várias cidades, foi abandonada, foi comprada, foi revendida, foi comprada novamente, e a Petúnia, inclusive, está ali. E eu faço uma homenagem, mais uma vez, a um animal, a uma história linda. Dois anos depois, conseguimos reencontrar essa cadela, a partir de uma busca incansável de fichas criminais... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) A história da Petúnia foi uma das histórias mais bonitas que eu passei, dois anos depois a cadela foi reencontrada; ninguém mais tinha esperança de reencontrá-la a não ser a Maria. As pessoas ajudaram muito, e a Maria, a sua dona, foi incansável. E eu tive que fazer uma legítima peregrinação por várias cidades até conseguirmos... Eu quero agradecer o papel dos policiais que me ajudaram, das pessoas da Brigada Militar, os protetores, e, para finalizar, quero agradecer principalmente, Maria, por ter surgido na minha vida essa história que eu vou levar, para o resto da minha vida, a ti, ao teu esposo e à Petúnia, muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Adeli Sell (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Dom Paulo Evaristo Arns, que acaba de falecer. Figura emblemática do nosso País. Portanto quero prestar essa modesta homenagem pela Câmara Municipal, acho que o povo de Porto Alegre estaria representando com o nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Fulano de Tal): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, trazido pelo Sr. Tata Edson, Coordenador Nacional de Articulação Política do Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional e da Teia dos Povos Tradicionais de Matriz Africana.

O Sr. Tata Edson está com a palavra.

O SR. TATA EDSON: Boa tarde a todos e a todas, *makuiu* aos meus mais velhos, nós queremos aqui usar esse espaço, estou aqui criando um ambiente em que a nossa grande pessoa da nossa Coordenação Estadual, Ivera Soares, seria a pessoa que estaria aqui neste momento, mas por impossibilidade, ela está no Litoral e não conseguiu chegar a tempo. E ao mesmo tempo, nós representamos o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Essa organização foi concebida durante a 3.ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em Salvador. A constatação da nossa organização naquele momento, olhando para o Brasil, foi de que o estado brasileiro não reconhece ou não conhece esse povo propriamente dito. Mesmo com todas as riquezas constituídas, com todas as situações concebidas por esse País e por si só as consequências do holocausto da escravidão. E me parece que os nossos representantes do Legislativo de todas as esferas ainda não conseguem enxergar quem foram esses atores escravizados. Nessa medida há uma grande ponderação da

sociedade civil de fazer neste momento, neste século, uma avaliação simples: quem são os atores que constroem ou construíram e compõem esse chamado estado brasileiro? Por incrível que pareça, ainda alguns atores nos enxergam a partir da nossa cor da pele e não da contribuição forçada, essa contribuição que hoje compõe a riqueza deste País. Mas vamos caminhando um pouco disso. Em um determinado período, a Câmara dos Deputados, referente ao ano de 2015, conseguiu reconhecer que existe uma população negra, hoje em torno – como diz o IBGE – de 54% da população. Mas essa população negra não veio de nenhum lugar da África, chamado escravolândia, e não veio de nenhum lugar da África de forma objetiva.

Então aqui estamos falando desse holocausto da escravidão que, no séc. XVI, trouxe mais de 13 milhões de escravizados para essa região das Américas, e o Brasil foi um coeficiente expressivo. No século XVI, veio o povo banto; no século XVII, veio o povo jeje, e, no século XVIII, o povo ioruba. Estes são os atores que compõem 51% da população do Brasil. Eles não são marcianos, e, por consequência, precisamos entender esta lógica.

Em 2001, foi tipificado crime de lesa- humanidade, depois de 50 anos da existência da ONU, e, nesse sentido, criamos uma agenda para tentar discutir que nível de reparação se pode dar a essa população para que se enxergue onde este povo está. Eu posso aqui dizer que 24% da população do Rio Grande do Sul é desta mesma compreensão. Agora, é necessário que a gente não nos enxergue somente a partir da cor da pele, mas possamos nos enxergar a partir da contribuição histórica, mesmo forçada, para as riquezas deste País e assim consecutivamente.

Eu quero, ao fim e ao cabo, dizer que a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana é um objeto real para que os nossos Parlamentares reconheçam que eu não vim de um macaco; que eu não sou oriundo de nenhuma estrutura sem civilização, na medida em que o povo banto tem 40 mil anos de existência, e, ao mesmo tempo, toda a tecnologia necessária para ser pensada sobre isso. Ao mesmo tempo, a gente fala e os olhares sempre vêm a partir de 400 anos do holocausto da escravidão, mas desconhecem esses atores. A nossa forma de resistência muitas vezes é constituída de várias formas que vocês hoje reconhecem. Então, eu vou falar aqui de uma que vocês têm como um preconceito real e objetivo: vou falar dos macumbeiros. Eu quero só dar uma frisada nesta palavra “macumba” para que a gente possa entender. Ela foi muito usada no século XIX, mas eu quero só acalentar todos os corações aqui,

dizendo que nós queremos que todas as escolas, num futuro próximo – e vocês podem nos ajudar –, tenham uma macumba, na medida em que macumba só é uma árvore sagrada e dela, da sua madeira, saem excelentes instrumentos musicais. Então é preciso que a ignorância social seja reconduzida para que a gente possa entender a lógica de por que estamos falando de povos tradicionais de matriz africana. A língua, que se diz, a palavra macumba é kimbundu, e cinco mil palavras desse povo, da língua chamada kimbundu, todos os senhores e senhoras falam aqui cotidianamente, mas não a reconhecem no tronco linguístico da construção da Língua Portuguesa. É isso que a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana têm como objetivo, para além de tentarmos discutir as questões óbvias dos preconceitos, da ignorância, mas também do avanço do século XXI para essa medida. Neste sentido, há uma legião de atores que estão caminhando nesta situação, à espera da Assembleia Legislativa, mas também do Congresso, nas suas duas casas, estamos irmanados nesta direção de tirarmos o povo e a sociedade, principalmente parlamentares, desta ignorância atroz. Neste sentido, esta Casa tem um caminho peculiar e importante que gostaríamos que os nossos parlamentares enxergassem, vou colocar só um ponto focal, e talvez aqui consigamos trabalhar com isso: está no Supremo, a Casa que é nosso teto máximo nas relações de garantia da democracia, e lá temos uma relação que está objetiva na construção, que materializa essa situação de ignorância, quando por consequência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, coloca - e hoje ela é réu numa ação do Ministério Público também do Estado do Rio Grande do Sul - na discussão do sacrifício de animais. Esta matéria está, junto com o Ministro Marco Mello, e assim, consecutivamente, mas mais do que isso, a ignorância que a gente traz é exatamente que a gente possa discutir o ato do sacrifício como um elemento natural para a construção da composição alimentar e da cadeia alimentar de todos nós, indistintamente, ela faz parte do compromisso da construção alimentar, para uns ou para outros, que seja do ponto de vista de um animal, que seja do ponto de vista de uma verdura, de um legume, e assim consecutivamente. O ato de desconexão para que a gente possa se alimentar faz parte da cadeia alimentar e da nossa mesma sobrevivência. Mas o que está sendo colocado no Supremo, não é isso. O que está colocado no Supremo é um jugo efetivamente dessa ignorância que eu falava há pouco tempo. E eu quero colocar isso que está sendo bem recebido. O Procurador Fernando Ferreira, que hoje é o Procurador da Assembleia

Legislativa do Rio Grande do Sul, conseguiu enxergar e ele disse: quanto eu ignorava esse fato, quanto eu não conseguia incorporar e entender, e os meus pares aqui desta Casa não conseguem enxergar o que é um povo e o que descende dele. Por isso a nossa presença aqui. E nós estamos dizendo que a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, onde tem na sua gênese vários representantes, eu queria citar alguns, para que a gente possa enxergar esse caminho. Primeiro, eu quero dizer o grande esforço que o nosso companheiro Ver. Eng^o Comassetto fez nessa direção, no sentido de colocarmos essa pauta nesta Casa e criarmos a Frente Parlamentar. Ela tem uma compreensão coletiva e tentamos ampliar os horizontes com todos os Partidos que a Casa tem para que a gente possa entender que a Frente não está colocada em um mandato, mas, a partir daquele mandato, interagirmos com todos. Na Câmara de Deputados nós temos a Deputada Érika Kokay, do PT/ DF; nós temos o Orlando Silva, do PCdoB de São Paulo; nós temos o Deputado Beбето, do PSB da Bahia; nós temos o Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro; e o Subtenente Gonzaga, do PDT de Minas Gerais. Aqui na composição também fomos agraciados com a presença do nosso companheiro Ver. Eng^o Comassetto, na figura do parlamentar do PT; tivemos a companheira Ver.^a Jussara Cony, na figura do PCdoB; tivemos a figura do Ver. Cláudio Janta, a partir do Solidariedade; a companheira Ver.^a Fernanda Melchionna, do PSOL; e o companheiro Ver. Delegado Cleiton, a partir do PDT. E temos todos os outros aliados que compõem a Frente Parlamentar com as suas Bancadas. Mas eu queria só ressaltar aqui mais uma vez para quem e por que a Frente Parlamentar deve existir. Vocês aqui vão estar vivenciando não só naquilo que o Supremo está colocado no dia de hoje, mas também as revezes do cotidiano da vida nas nossas questões. Foi colocada recentemente aqui a questão de um animal que nós temos como compreensão e entendemos que toda vida tem que ser cuidada, respeitada e assim consecutivamente, isso faz parte da nossa tradição, faz parte das nossas compreensões enquanto povo tradicional de matriz africana. O que não está exatamente o direito de mais de 300 anos, que essa sociedade não consegue construir uma legislação para identificar esse povo. E é isso que nós estamos hoje buscando: uma CPMI do genocídio dos povos tradicionais de matriz africana, que já está em curso na Câmara dos Deputados, e vamos tentar fazer com que esse debate ocorra em todas as instâncias, principalmente nesta Casa, que tem, na

nossa opinião, grandes espaços relevantes aos debates da minoria, dita minoria, mas, de uma certa forma, a gente não se enxerga nesse sentido.

Gostaria também de colocar, eu acredito que os senhores já apreciaram em outras oportunidades, aqui, emendas ou leis que vão à discussão de várias compreensões do ponto de vista daquilo que nós entendemos como objeto das nossas relações, que sejam dos descartes que hoje vocês encontram cotidianamente, que vocês chamam de descarrego, despachódromo, o que for. E que não reconhecem uma máfia estrutural que está no nosso entorno, principalmente aqueles que vivem na questão do comércio, que colocam para nós, para o povo tradicional de matriz africana, aquilo que não é nosso.

Eu queria, aqui, só dar um argumento dizendo que boa parte dos valores que se encontram em alguns espaços que vocês podem chamar de cruzamentos, de ruas, e assim consecutivamente, isso é fruto ainda do processo da escravidão e da forma de resistência, do diálogo que não foi feito naquela época, e que a gente, até agora, não consegue traduzir isso de uma forma geopolítica. Por isso que ainda continuam esses cenários sendo apresentados para a sociedade quando os senhores e as senhoras passam com os seus lindos carros, cotidianamente, pelas vias e enxergam algumas das atividades de atrocidades, que nós também concordamos que são. Agora, elas são reflexo da falta do diálogo, elas são reflexo da falta de compreensão, elas são reflexo da falta de entendimento desses quase 54% da população que vive neste País.

Eu quero ressaltar isso para dizer duas coisas: eu me chamo Edson Augusto Nogueira, eu ainda sou um bem móvel da fazenda chamada Nogueira, porque foi retirado de mim o direito de ter o meu nome atrelado aos meus ancestrais, esse é o fator primário dessa conversa. É que os senhores aqui ainda não conhecem esta realidade, esta matéria. A ONU tipificou como crime de lesa-humanidade em 2001, e, até agora, esta Casa não se colocou à disposição de rever os seus processos e nos coloca ainda em situações de constrangimento de pedirmos alvará de licença com legislações que antecedem 1988, esta Casa não consegue fazer legislações que observem esses cenários. E eu ainda continuo tendo no meu sobrenome situações vexatórias, como é a fazenda chamada Nogueira, que fica em Arroio Grande, próximo à Zona Sul. Ela já está lá há muito tempo, e eu ainda sou um bem daquela fazenda, como alguns aqui – pode-se dizer – da mesma forma também.

Gostaríamos nós de chamar a atenção desta Casa no sentido de poder rever este caminho, de enxergar o século XXI e nos colocarmos como centro dessa discussão. Então, peço novamente que, para o próximo período, esta Casa tenha a sensibilidade de retomar a Frente Parlamentar em defesa dos povos tradicionais de matizes africanas, porque daí vamos ter quatro anos conjuntos para que a gente possa elaborar, propagar, pensar, redimensionar todas essas discussões, que ainda faltam aos senhores e às senhoras a compreensão, que é natural, nós estamos num regime ainda que é de um holocausto da escravidão. Mesmo passado esse período, ainda não conseguimos entender como a gente paga essa dívida, e a ONU ainda não nos disse como se faz a reparação. Ela só nos disse uma coisa: o Brasil é signatário. O Presidente da República na época, Fernando Henrique Cardoso, assinou esse cenário, e isso tem que ser um processo escalonado nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais. Por isso que a gente entende que a Frente Parlamentar tem um grande serviço, e os senhores e as senhoras na próxima Legislatura podem colaborar muito para que a gente saia dessa divisão.

Mais do que isso, eu gostaria de dizer que é importante que a gente entenda vários aspectos da nossa ignorância. Eu vou pegar um aspecto em especial. Eu estava dando um curso numa faculdade chamada São Francisco, no Estado de São Paulo, naquele momento uma senhora... No meu curso, eu estava falando de um rei chamado Rei de Efon, a cadeira dele é a cadeira de Oxalá. Naquele momento, ele foi citado, e algumas pessoas que estavam na plateia disseram: “O senhor pode falar de religião, porque aqui não é o lugar adequado. Por favor, o senhor pode parar de falar de religião?” Eu disse, olha, senhora, quem me conhece jamais veria eu estar aqui falando sobre religião. Então, nesse momento, eu tentei dizer a ela que eu estava falando em Geografia e História. E, naquele momento, ela novamente insistiu, e eu quis, então, fazer uma abordagem : – quero dividir isso com os senhores e as senhoras aqui: senhora, onde nós estamos? Estamos na Faculdade de São Francisco. A Faculdade de São Francisco fica no Largo de São Francisco, que fica na cidade de São Paulo, e a cidade de São Paulo fica no Estado de São Paulo. Correto? Correto. Bom, eu estou falando aqui é de um Rei chamado de Oxalá, ele está no trono de 8 mil anos numa cidade chamada Efon. Casualmente a cidade de Efon fica dentro do estado de Ogum, e o estado de Ogum margeia o estado de Oxum, e fica no país chamado Nigéria. Então, a compreensão do que nós estamos dizendo aqui

é Geografia e História. Então, nós estamos falando desse povo que tem uma língua e uma condição e que tem uma cultura, e que é necessário que a gente possa caminhar em outras abordagens nesta Casa. Gostaria de caminharmos um pouco mais, mas quero saudar todos aqueles que possam ter, e tenham me ouvido, a sensibilidade, e no próximo período a gente possa ter condições de ampliar esse horizonte. Quero, mais uma vez saudar a todos aqueles que compuseram a Frente Parlamentar em Defesa do Povos Tradicionais de Matriz Africana, com orgulho. Que Zambi a todos abençoe e assim consecutivamente, mas que a gente possa no próximo período estar aqui nesta Casa divulgando e compartilhando de novo esse processo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Convidamos o Sr. Tata Edson a fazer parte da Mesa. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum, colegas Vereadores e Vereadoras, prezados componentes da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Quero cumprimentar aqui os colegas Vereadores que, a partir do dia 8 de julho de 2015, realizaram um trabalho em conjunto conosco e com o conjunto de lideranças e representações da sociedade civil. Este momento de Comunicações, Sr. Presidente, serve para aqui prestarmos conta e, ao mesmo tempo, buscar a continuidade deste trabalho para o ano de 2017, 2018 e assim por diante. Quero cumprimentar o Tata Edson, que compõe a Mesa e que representa o conjunto de todos que contribuíram com esta Frente Parlamentar neste ano e meio e quero cumprimentar os Vereadores que compuseram a Frente, além de mim, que fui escolhido pelo colegiado para coordenar este trabalho neste período – a Ver.^a Jussara Cony, o Ver. Cláudio Janta, o Ver. Airto Ferronato, o Ver. Delegado Cleiton, a Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver.^a Sofia Cavedon, o Ver. Dinho do Grêmio –, que compõem a coordenação geral, a comunicação e a administração. Junto com os Vereadores, tem o conjunto de assessores que neste período trabalharam: o Julinho, o Paulão, o Luccas, a Indira, a Rejane, o Serginho, a Elisa, o Bil Lara. Da sociedade civil, estiveram aqui conosco a Mãe Vera Soares, o Pernambuco, o Pai André, o Pai Getúlio, o Tata Edson, a Mãe Gisa de Oxum e um

conjunto de outras lideranças dos povos tradicionais de matriz africana, dos povos indígenas, representados pelos caingangues, os charruas, os guaranis, e também os povos ciganos.

Este trabalho é muito difícil, porque é um trabalho que faz o enfrentamento, no dia a dia, da garantia e da expansão de direitos desses povos. Eu gostaria de dizer que um dos principais papéis que a Frente teve e que deverá ter na continuidade é de garantir que, nos direitos constitucionais que foram conquistados até então, não haja retrocesso. Vou me dedicar especialmente a um tema, aqui: a defesa, o reconhecimento e a garantia dos seus territórios. Nós estamos num enfrentamento, no Brasil, sob o ponto de vista conceitual, filosófico e ideológico, em que o reconhecimento dos povos quilombolas, dos povos ribeirinhos, dos povos tradicionais está em xeque, neste momento – no Congresso Nacional tem todo um movimento para retroceder essa conquista realizada até então. Fizemos esse trabalho, prezado Tata Edson, neste um ano e meio, mas tenho aqui o prazer e o orgulho de dizer que nesses 12 anos trabalhamos sempre na direção de instituir e constituir conquistas, quando propusemos que os territórios dos quilombos urbanos fossem reconhecidos no Plano Diretor como patrimônio cultural. Porto Alegre foi a primeira cidade do Brasil a fazer isso quando gravamos o Quilombo da Família Silva como primeiro quilombo urbano do Brasil, isso é um marco. É pouco, é muito pouco, mas dentro do pouco, é muito. Aqui, o trabalho é um trabalho do somatório, e todos acompanharam, certamente o Ver. Delegado Cleiton vai usar aqui a tribuna para poder dar continuidade no debate.

A Frente enfrentou aqui a votação do projeto de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que instituiu o dia 20 de novembro como feriado municipal justamente como uma afirmação de que esses povos têm o seu reconhecimento. Infelizmente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul derrubou esta lei; agora, Ver. João Bosco Vaz, vai para o Superior Tribunal Federal. Essa disputa não parou e esse processo não para. Apesar de que, na próxima Legislatura, nem eu, nem o Ver. Delegado Cleiton, nem a Ver.^a Jussara Cony estaremos aqui, estamos fazendo essa prestação de contas hoje, trazendo este tema, porque este tema não morre. Entre os trabalhos que se construíram, ficou pronto, trabalhado – agora vai ter a revisão de Plano Diretor em 2017 – que os territórios referentes a esses povos devem ser gravados no Plano Diretor, bem como, Presidente, tem um entendimento de que esta Casa pode, e deve, encaminhar que Porto Alegre se

torne cidade coirmã das cidades africanas de onde vieram os povos bantos, jejes e iorubás. Esse trabalho está arredondado, basta nós instituímos legalmente esse processo.

Quero agradecer a todos que trabalharam nesse período. E dizer aos colegas Vereadores e Vereadoras que continuem. Gostaríamos muito que a Frente fosse assumida pelo próximo colegiado e que o trabalho tivesse continuidade.

Um grande abraço. Boa luta e bom trabalho!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Ver. Comassetto, queria assumir aqui de público, com o nosso visitante, com V. Exa. que no ano que vem nós poderemos levar à diante a Frente Parlamentar. Nós vamos discutir com outros colegas Vereadores que também têm uma militância no combate ao racismo, que têm uma intervenção nas questões postas aqui de forma tão brilhante e tão cabal na sua fala, a qual perdi apenas o final, porque tive que dar uma saída.

Portanto, nós queremos, minimamente, poder representar todo esse contingente de polos tradicionais. Eu, que sou de origem pomerana, que era uma comunidade tradicional, considerada enquanto tal, apesar de ser européia, também foi uma comunidade muito espezinhada. Sei que meus antepassados chegaram aqui praticamente enxotados da antiga Pomerânia. Inclusive, hoje, a parte de onde eles vieram, antigamente era da Alemanha, hoje fica na Polônia. Então, minimamente, quero conversar com as pessoas que têm militância nessa frente social, me comprometer de público em fazer o possível e mais um pouco. Tenho certeza que todos vão colaborar, todos nós aqui; principalmente eu, que tenho uma militância mais nos temas gerais da Cidade, vou ter algumas dificuldades, provavelmente. Mas tenho uma militância também na área da alimentação, das hortas comunitárias, dos direitos humanos, da fraternidade universal, e tenho como princípio que me guia a dignidade da pessoa humana. Coisa que aprendi lendo alguma coisa de Kant, a pessoa é digna, simplesmente por ser pessoa, e como tal, tem que ser respeitada. Eu creio que se vocês, que são militantes dessa frente, tiverem a paciência de

fazer colocações, fazer cobranças, de dar alguma orientação, eu sou um militante histórico das causas sociais e acredito que o Comassetto também não vai nos abandonar, vai ser um parceiro, mesmo fora do Plenário da Câmara. Quero colocar, minha Líder, Ver.^a Sofia Cavedon, e o futuro Líder, Marcelo Sgarbossa, nosso companheiro de Bancada, que eu posso, assim que acharem necessário, poder cuidar dessa frente, ou de qualquer outra intervenção que possa ajudar a levar adiante essa causa tão nobre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Cumprimento o Tata Edson, Coordenador Nacional de Articulação Política do Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional da Teia dos Povos Tradicionais da Matriz Africana, na sua pessoa, cumprimento todos os militantes da causa dos povos tradicionais de matriz Africana. Eu quero cumprimentar, especificamente, o companheiro Comassetto, Ver. Paulo Brum, porque ele foi designado pela nossa Bancada - nós discutimos isso coletivamente -, para que assumisse mais a frente dos povos de matriz Africana. E todos nós, e eu quero agradecer à Elisa, do meu gabinete, que foi quem mais participou ativamente, junto com vocês, porque nós, naquele momento da criação da frente, foi a partir da reação ao Estatuto dos Animais, há mais uma tentativa de restrição das práticas das religiões afro-brasileiras, e nosso compromisso foi expresso na participação dos Vereadores do PT, mais especialmente, na coordenação feita pelo Eng^o Comassetto.

Segunda questão que eu quero colocar, é que nós temos, enquanto Partido, o compromisso, Ver. Adeli, com essa reparação histórica, com esse reconhecimento, com todas as lutas para a reparação, desde a questão do reconhecimento dos povos, do reconhecimento do crime realizado com o povo africano nos 300 anos de escravização, com racismo existente na sociedade até hoje, as medidas reparatorias que têm que avançar e acontecer. Somos defensores, desde a origem, das cotas raciais no emprego público, na universidade, da demarcação das terras quilombolas, os quilombos urbanos, das políticas diferenciadas para os quilombos, nos orgulhamos de ter avançado não

suficientemente, mas muito durante os governos Lula e Dilma, e somos defensores de que o País tem uma dívida enorme e precisa reparar essa dívida o mais breve possível. Então, a Frente Parlamentar aqui nesta Casa teve um grande sucesso e foi de grande embate, de várias tentativas que foi o feriado de 20 de novembro. O Ver. Delegado Cleiton assinou iniciativa, mas talvez tenha sido uma das iniciativas mais assumidas coletivamente com a cara e ação da Frente Parlamentar. Nós repudiamos veementemente as tentativas que houve de até colocar num domingo esse feriado, que é um deboche, era uma nova violência contra o povo negro, mas agora o judiciário ter revogado isso, nessa instância estadual, do Rio Grande do Sul, achamos isso um absurdo, uma afronta a toda a construção, a todos os tratados, a toda a legislação conquistada pelo Brasil. Sei que há recurso, nós continuaremos lutando para reverter essa decisão, nos somamos nesse sentido. Quero parabenizar a Frente Parlamentar, porque eu duvido que outra Frente Parlamentar tenha produzido tanto, tenha mantido um trabalho sistemático, consistente, abrangente como a Frente Parlamentar dos Povos de Matriz Africana, os três seminários, o funcionamento, a beleza desse boletim, que eu espero tenha sido feito aos milhares, que seja panfleteado, porque aqui socializa conceito, mas também lutas, também a causa como uma causa suprapartidária, como uma causa da construção da democracia brasileira. Não existe direitos humanos e nem democracia sobre uma base desigual como é a base da população do povo brasileiro e como é a discriminação de mais da metade do povo brasileiro. Portanto essa questão racial, Ver. Tarciso e Ver. Delegado Cleiton, dois negros que temos na nossa Câmara, é uma de fundamento da democracia substantiva. E eu encerro, dizendo que, lendo com mais atenção ao boletim, vi a bonita informação de que Zumbi era bantu, um dos povos da África Subsaariana que veio para cá. Eu aprendi e comecei a trabalhar o conceito ubuntu: eu sou porque somos, que vem da África Subsaariana. E que, para nós, tem muito a ensinar no sentido de que nós só somos porque estamos com os outros. Se os outros estão infelizes, nós não temos como ser felizes; o nosso destino está ligado ao destino de toda a humanidade. Eu quero encerrar reproduzindo uma história linda. Trata-se do ubuntu: um antropólogo, quando terminou a sua pesquisa na África – acho que vocês conhecem, mas eu quero reproduzir aqui na televisão – e resolveu fazer uma brincadeira com as crianças africanas e colocou um cesto de frutas embaixo de uma árvore e disse: “Vocês se afastem e corram. Quem correr mais rápido e chagar antes vai ganhar a cesta

de frutas”. E o que as crianças fizeram? Deram as mãos, correram, chegaram juntas e sentaram ao redor, repartindo as frutas. O pesquisador, que não tinha entendido nada ainda da cultura ali praticada, perguntou: “Mas porque vocês fizeram isso? Teria um ganhador, era uma brincadeira”. Eles disseram: “Mas se a maioria está infeliz, como é que um vai ser feliz”? As crianças disseram isso! Essa é uma história é emocionante e é ubuntu, a filosofia dos povos africanos que temos aprender. Então, essa frente parlamentar vai continuar sim, tem muito que fazer, tem muito a nos ensinar. Força e reparação aos povos de origem africana.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) A Ver.^a Sofia falou há pouco na dívida. Eu sempre cobre, acho que o País nos deve muito, mas nós não queremos migalhas, nós queremos igualdade. Vocês têm o meu partido, o PSD, e este Parlamentar junto nessa luta, podem ter certeza!

Um dos temas da segunda etapa do ENEM deste ano foi “o caminho que devemos seguir para o combate ao racismo no Brasil”. A criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana faz parte da luta contra o racismo e protege esse povo, que, vivendo no Brasil, ainda mantém uma ligação cultural com a África, seja na manutenção de rituais religiosos, de hábitos alimentares específicos e de um idioma africano.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Tarciso. Quero cumprimentar o Edson e todos os que comparecem a esta Casa, cumprimento também o Comassetto por trazer este tema muito importante que acho que deve ser permanente, ainda que eu sinta dificuldade em aceitar essa dificuldade de se ficar falando a mesma coisa sempre. Mas hoje eu estou convencido de que não tem outro caminho a não ser esse. Eu quero cumprimentar o Ver. Tarciso, o Ver. Delegado Cleiton, porque fazem este trabalho constantemente nesta Casa. Cumprimento todos os Vereadores, como disse, o Ver. Comassetto, que traz o assunto; a Sofia, que muito bem

falou, e os demais Vereadores, os que estão presentes e os que não estão, porque nós não temos essas questões de diferenças aqui. É importante, e eu vou voltar a um encontro que nós tivemos e que V. Exa. agora me fez lembrar. Naquela oportunidade, eu tive uma certa dificuldade de ser interpretado pelos que lá estavam, mas eu vou dizer novamente: nós somos o que somos aqui, na Capital, porque nós temos essa mistura de diferentes raças que vieram para este Estado, a começar pelo próprio índio. Assim, Tarciso, é importante que se fale da necessidade de nós todos conhecermos os usos e costumes do povo negro; do próprio povo negro conhecer a sua história, o quanto influenciou, não só na culinária e não é só na música. Então, eu volto a cumprimentar a todos, na sua pessoa e na pessoa do Ver. Delegado Cleiton, e dizer que hoje eu estou convencido de que o tema é necessário e deve ser permanente. Obrigado.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Ver. Bernardino. Dizer que o povo oriundo da África não tinha civilidade, não tinha estudo, não tinha consciência política foram as armas mais usadas pelos racistas para denegrir a imagem dos negros, por isso tenho o dever de recuperar isso. Lutar por nossos direitos é uma maneira de garantir o direito de todos, garantir à população negra uma identidade positiva. É sempre importante manter o debate sobre as demandas da população negra, para reivindicar a respeito da liberdade, para que os povos de matriz africana possam usar a sua cultura e celebrar a sua religiosidade, para que os terreiros sejam respeitados como espaço de transmissão de conhecimento e consolidação da cultura negra e para que os negros tenham os mesmos direitos dos demais cidadãos que habitam este País. O Museu do Negro faz parte dessa luta. Eu vou lutar até o fim para que esse sonho se concretize e as crianças de Porto Alegre possam conhecer a verdadeira história do negro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Tarciso Flecha Negra prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Que as crianças de Porto Alegre possam conhecer a verdadeira história do negro, não a história mentirosa que há tempos contam, contribuição para a construção de nossa sociedade.

Eu quero falar, agora, um pouquinho sobre o Museu do Negro. Tu disseste ali da macumba. Muitas pessoas acham que a macumba é uma coisa do mal, não sabem que a macumba é a coisa mais linda que a Terra tem, poucas pessoas sabem. Então, quando tu dizes que em cada escola tem uma macumba, é importante ir lá no Museu do Negro, onde nós vamos narrar que tudo isso aí é mentira. Eu sempre disse que eu venho de um Estado muito afrodescendente, que é Minas Gerais. Os navios negreiros chegaram no Rio de Janeiro e os negros foram para as minas de ouro, foram para os canaviais, para os cafezais. Meu pai trabalhou numa fazenda muitos anos, não sabia escrever, não sabia ler, mas era um homem digno, e aquilo que ele nos ensinou, eu trago até hoje. Então o Museu do Negro tem que narrar tudo isso também, professor.

Eu quero dizer que estou junto com vocês nessa bandeira. Não importa minha bandeira política, a minha bandeira agora é a África. Chega de lutar! Os nossos antepassados construíram este País com muito sacrifício, e não somos reconhecidos. A Sofia já disse que não queremos migalhas; queremos, sim, igualdade. Os nossos antepassados, os nossos avós, os nossos bisavós usaram corrente, porque vieram à força, mas eles conseguiram lutar e tirar a corrente. Agora nos resta tirar a corrente dos nossos corações. Vamos arrancar essa corrente, e o negro vai ser considerado, dentro deste País, e vai ser igual a todos. Eu acredito nisso e acredito no Museu do Negro em Porto Alegre, para que as escolas possam ensinar a todas as crianças – negras, brancas, pardas – e todas possam entender a nossa história. Só assim nós vamos ficar felizes e em paz, que a história, daí para frente, vai ser contada, dizendo que o negro não era marginal, o negro era um lutador por este País. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra em Comunicações.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, cumprimento todas companheiras e companheiros presentes e, dando como referência, um dos companheiros que, junto aqui nesta Frente, o Tata Edson, teve esforço e dedicação enormes para construção e para continuidade desta Frente. Tenho três referências aqui, Tata Edson, que anotei enquanto falavas. Primeiro, quando afirmas, no

início, o significado das conferências que, no caso, especificamente a 3ª, criaram o Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional e da Teia dos Povos Tradicionais de Matriz Africana.

Digo isso porque as conferências, nos últimos anos, nas últimas décadas, proliferaram no Brasil, fruto das lutas políticas e sociais do povo brasileiro, inclusive no processo constituinte que hoje está sendo derrubado, através da PEC 241-55, uma das maiores lutas do povo brasileiro, que foi o Sistema Único de Saúde, criado no bojo da 8ª Conferência Nacional de Saúde. E me remeto também ao que elas significaram. Através da reafirmação das nossas diversidades humanas e culturais, a reafirmação das nossas crenças daí advindas. Para que a cidadania plena pudesse ser fator de desenvolvimento econômico, com justiça social e com democracia, ameaçada também no nosso País! Também me refiro à formulação que tu fizeste, Tata Edson, de que não devemos ser enxergados pela cor da pele, mas, sim, pelo significado de todos nós no processo civilizatório em contraponto à barbárie. Nos orgulhamos da cor da pele, nos orgulhamos das nossas origens, mas temos que ser olhados pelo que significamos no mundo do trabalho, no processo civilizatório contra a barbárie instalada no mundo, ameaçando a paz de todos os povos. E também o significado da palavra macumba: árvore sagrada, madeira, que evolui em música. Senhores, isso não é qualquer coisa que o Tata Edson disse aqui. Evolui em música uma das formas das artes dos povos, porque a arte dá conta da história dos povos. O que numa sociedade de classes e discriminadora, como a que nós vivemos, é considerado secundário, claro, porque a arte dá conta da nossa história, da história que os povos fazem! Além de secundário, fator de opressão aos que detêm a sabedoria dos ancestrais e que com muita luta, na frente, nós vimos isso, buscam deixar aos seus descendentes. Que a macumba-árvore que doa a madeira para o som que chama ao encontro da espiritualidade seja respeitada! (Palmas.) Ainda mais no momento em que vivemos em nosso País: o aprofundamento de todas as formas de discriminação, numa corrente fascista, numa corrente de ódios que aprofunda a barbárie, que aprofunda a escravidão dos trabalhadores. Que a sua reflexão, Tata Edson, aqui, possa, pelo menos para mim, é isso que ela significa, junto com todos nós, companheiras e companheiros, oriundos dessas realidades, quem melhor possa falar a respeito, nos remetam ações que, no meu entendimento, serão levadas através do relatório da Frente Parlamentar coordenada muito bem pelo nosso companheiro Ver. Engº Comassetto e que

tive a honra de poder buscar, contribuir em determinados momentos de um processo, de um mandato só nesta Casa e de várias frentes e de tudo que nós estamos vivendo. E que essa Frente possa dar continuidade – não é, Comassetto? – fazendo essa inter-relação que o Tata Edson falou aqui e que eu, pelo menos, percebi. Na visão republicana de políticas públicas de União, Estado e Município dentro das transversalidades que enfrente todas as discriminações e opressões com aquilo que nós precisamos hoje no Brasil: a unidade, a amplitude para vencer a barbárie, porque a barbárie de séculos está ainda hoje instalada. Conversava, há pouco, com os companheiros, aqui, no plenário, sobre isso. O meu abraço, o meu carinho, o compromisso da continuidade da luta, Tarciso, não mais aqui dentro, mas a luta sempre! Lado a lado com homens e mulheres que estão aí para fazer valer a nossa dignidade do nosso País, de cada cidadão dos povos do mundo, buscar a paz do mundo. Livre de todas as opressões dos que dominam os povos e as nações dos que escravizam, talvez, quem sabe, começando no nosso Brasil e na nossa América Latina, por esta grande pátria. Viva os nossos orixás, e a bênção.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Prof. Alex. Fraga está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, quero cumprimentar, especialmente, o Sr. Tata Edson, e esse cumprimento estendo a todos aqueles que participaram de todos os momentos e encontros da Frente Parlamentar. Eu gostaria também de fazer a minha fala representando a Ver.^a Melchionna, que está em uma reunião, mas que gostaria muito de estar aqui. Ela pediu para que eu falasse em seu nome e que representasse o nosso Partido, o PSOL.

Tata, eu, de certa forma, subi à tribuna para manifestar a minha tristeza e o meu lamento. Foi, com profunda vergonha, que encarei a decisão judicial que derrubou o feriado que foi construído a custo de muita luta a partir da proposta do Ver. Delegado Cleiton. Eu acompanhei o processo, participei de algumas discussões e debates a respeito dele, toda a movimentação que se fez na Câmara de Vereadores, e me envergonha essa decisão judicial, principalmente porque, se nós analisarmos o conjunto de feriados nacionais, nós temos, aproximadamente metade deles, feriados religiosos e cristãos. Então como nós

não vamos admitir que há, sim, discriminação em nossa sociedade. Ela existe, ela é real, ela é concreta, ela é diária – ela é diária! Eu já vivenciei situações em que alunos nas escolas eram elogiados porque desfilavam pelos corredores com um crucifixo ou um escapulário, mas se uma criança andasse com uma guia, ela era atacada, era criticada. Isso é lamentável! Olhamos para trás, dizemos que o nosso País, o nosso Estado e a nossa Cidade já abandonaram a escravidão, mas ela está aqui, ela está no nosso dia a dia. E a Frente Parlamentar precisa, sim, continuar os seus trabalhos, e temos muito a avançar. Um dos avanços conquistados mas não efetivados foi a lei que obriga as nossas escolas a trabalharem a história da África. Por que ela não é aplicada? Porque não existe capacitação de professores para tal. Os professores não são preparados nos bancos escolares para trabalhar tal tema com a profundidade e com a seriedade que ele merece. Então nós temos uma academia preconceituosa, discriminatória, que fecha os olhos frente à história de povos, etnias que constituíram o nosso País. E o que é lamentável, a maioria das nossas escolas se restringe ao trabalho que a lei determina dentro da Semana da Consciência Negra. Mas isso é pouco, nós temos uma semana e um ano inteiro. O processo no qual os negros eram trazidos através dos navios negreiros aqui para o País durou séculos, mesmo após a abolição ainda havia os navios clandestinos aportando aqui, trazendo mais e mais escravos. Mão de obra que fazia com que este País, a colônia, se desenvolvesse, com que as nossas riquezas fossem mandadas para a Europa. E agora, quando nós podemos construir algo positivo, resgatando essa história, todo o aspecto terrível, esclarecendo, fazendo com que a nossa população abra os olhos e se conscientize para que isso não torne a acontecer – e também pedindo desculpas pelo passado, pela escravidão e pelas injustiças cometidas –, nós não o fazemos como poderíamos. Isso é lamentável. Então, eu subi aqui para abrir o meu coração e manifestar todo o meu apoio, bem como o da Ver.^a Fernanda Melchionna a essa causa e a essa frente. Ela precisa, sim, continuar e tenho certeza de que isso acontecerá. Parabéns pela luta, ela é necessária para que nós nos tornemos cada vez mais igualitária no sentido real e não apenas no que diz o papel. Parabéns, Tata, um grande abraço.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente; meu querido amigo Tata Edson, Coordenador Nacional de Articulação Política do Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional e das Teias dos Povos Tradicionais de Matrizes Africanas; queridos amigos da Frente; militantes das causas e das lutas negras; eu venho aqui para agradecer esses debates, seminários, audiências, toda essa sabedoria trazida para dentro de um debate que não tinha partido, que não tinha ideologias. A ideologia era uma só, a bandeira era uma só: a luta pela dignidade, pela igualdade, pelo respeito; principalmente pela igualdade. Nós aqui travamos – e a Frente foi de extrema importância – batalhas, algumas discussões, tentativas de empoderamento, lutas pelos nossos territórios, mas aqui nós tratamos uma batalha de cinco Sessões, coisa nunca vista aqui nesta Câmara, e o que buscávamos era o feriado de 20 de novembro. Não era para ser tão difícil! A pressão econômica e do capital fez com que se tornasse mais difícil que este feriado passasse nesta Câmara, infelizmente. Mas aquelas cinco sessões serviram para um debate bem profundo sobre o que os representantes da comunidade de Porto Alegre queriam para Porto Alegre. Infelizmente, ainda neste primeiro momento, o Tribunal de Justiça indeferiu o nosso pedido por um processo do CDL de Porto Alegre, mas nós não paramos aqui, senhores, até porque nós somos teimosos, e mexeram com alguém muito teimoso. A teimosia é uma qualidade nossa. Se não fôssemos teimosos, senhores, não aguentaríamos ter atravessado o oceano em porões de barcos, com doenças, com sol, com chuva e sendo maltratados. Se não fôssemos teimosos, senhores, não estaríamos aqui com a Frente, resgatando os nossos hábitos, a nossa cultura, as nossas lutas. Se não fôssemos teimosos, senhores, não sobreviveríamos à grande injustiça que é o racismo. Se não fôssemos teimosos, quando da assinatura da Lei Áurea, que nos jogou à margem, nós não teríamos sobrevivido e não estaríamos aqui hoje, frequentando universidades, tendo os nossos cargos e tendo o nosso empoderamento. Então, somos teimosos, sim, e eu sou mais um desses teimosos que irá a Brasília, doa a quem doer. Já saiu o acórdão; nós tivemos seis votos num Tribunal de Justiça que, infelizmente, só tem uma desembargadora negra, mas isso também não era motivo, por uma questão de igualdade e de direitos humanos. Não precisa ter cor, ainda mais naquele órgão, porque se trata de justiça. Então, nós estamos entrando com um pedido para que seja reformulada a decisão desse tribunal.

Tata Edson, agradeço em seu nome, agradeço em nome dos Vereadores que assinaram a Frente – eu não sabia, até achei que eu tinha assinado, estava bravo porque não constava o meu nome no boletim, não sei por que cargas d'água, mas estivemos presentes, eu me lembro de ter repassado isso, de o Ver. Eng^o Comassetto ter sido um dos primeiros a ter assinado isso aí, até pela relação da minha cor. Mesmo não tendo sido citado no boletim, tenho muita hora de ter participado e ter nomeado assessores que estavam lá sempre lutando e guerreando para que nós pudéssemos dar continuidade. Eu espero e tenho certeza, senhores, que essa Frente não para aqui. Espero que tenha continuidade, mesmo com Vereadores como Eng^o Comassetto, Jussara Cony e eu não estando aqui, tenho certeza de que essa Frente terá continuidade, porque temos muito, muito, muito a debater. Obrigado, senhores. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu gostaria de me somar, Tata, às manifestações de apoio a esse movimento. O Brasil, graças a Deus, é um país que, embora a gente saiba que haja discriminações, muitas vezes veladas, mas, felizmente, é um país onde, por força de que todos nós somos imigrantes de um modo ou de outro. Ou vieram da Europa, ou vieram do Japão, ou vieram da África, a não ser as populações indígenas que estavam aqui, de outro modo todos nós não somos nativos, somos imigrantes. Nós não temos aqueles olhos ancestrais que, por exemplo, têm na Europa. E, felizmente, também, na questão racial, nós não temos a mesma cultura dos Estados Unidos da América. Lá, infelizmente, há uma divisão muito evidente e os negros, infelizmente e praticamente, viviam e viveram durante muito tempo em guetos. Há uma música, um jazz muito bonito, “Os Frutos da Árvore”, acho que é da Ella Fitzgerald, que tem alguns negros, ali nos estados do sul, que parece que ousaram e naquele momento entraram em um ônibus, isso só era permitido a brancos. E havia sessões públicas onde os negros eram enforcados. E uma das fotos é a população branca olhando aquela árvore, e os negros, como se fossem frutos, enforcados naquela árvore. Frutos terríveis, obviamente, frutos dessa coisa odiosa que é a discriminação, especialmente a discriminação de natureza

racial. Nós viemos todos do mesmo lugar, certamente voltaremos todos para o mesmo lugar. Não há sentido nenhum em se ter algum tipo de discriminação, e aliás, isso não é inerente ao ser humano, isso, infelizmente, se aprende, portanto tem a ver com educação. Eu sou brasileiro como tu, neto de um judeu e de uma negra, e aprovei aqui uma lei para o ensino do Holocausto. E não aprovei para o ensino da escravidão negra porque já tinha. E essa do Holocausto, e trago isso como exemplo, a comunidade judaica, através de um movimento que se chama *B'nai B'rith*, Filhos da Aliança, aliança bíblica, histórica, de Deus para com o povo hebreu, é uma organização que leva esse nome, eles se encarregaram de levar a cabo seminários anuais de qualificação de professores da Rede Municipal para que levassem adiante esse projeto de educação para a tolerância, contra a discriminação, reconhecendo que a humanidade, não uma, nem duas, mas muitas vezes, infelizmente, incorreu nesses equívocos trágicos, terríveis. Portanto eu acho que, e fica aqui uma sugestão, por exemplo, os partidos de esquerda conseguiram se organizar e fazer o Museu Prestes. Eu particularmente sou contra, mas não é do que está se tratando aqui. Se eles conseguiram se organizar, e se todos nós podemos nos organizar, por que, Tarciso, tanta dificuldade em fazer o Museu da Escravidão Negra, se o Museu do Prestes está ali e ninguém visita? Eu fui presidente da Associação de Amigos do Museu Julio de Castilhos, e as peças tristes que tem no Museu são os grilhões e as correntes, e os petrechos usados para contenção e aprisionamento dos escravos. No seu livro, que conta a sua trajetória aqui pelo Estado, Saint'Hilaire relata que uma das coisas mais tristes que ele viu, foi numa Casa Grande de uma charqueada, em Pelotas, a família jantando e um negrinho que tinha que ficar em pé, na parede, e era proibido inclusive, de brincar. Ele relata em seu livro, que foi a cena mais triste e o olhar mais triste que ele viu na vida dele, o olhar daquela criança. Isso, por si só, nos conta do que o ser humano é capaz, do que os interesses e ideologias, em determinados momentos, onde podem nos levar. Eu acho que temos que aproveitar a história do século XVIII, do século XIX e do século XX, e tentar projetar um novo tempo para a humanidade, apropriar essas lições do passado. É tão perverso! O Brasil foi um dos últimos países do mundo a se liberar dessa chaga, e num determinado momento a Inglaterra banuiu a escravidão, e como era um mercado ainda com espaço em determinados países, nas ilhas do Caribe, aqui na América Latina, continuava aquele mercado "negro", clandestino. Quando os navios ingleses abordavam os navios negreiros, eles simplesmente jogavam os homens, mulheres e crianças ao mar,

como se fossem objetos. Acho que a vida é uma coisa sagrada, e, de novo, não tem cor, às vezes não tem nem espécie, nem reino, tudo é vida e tudo deve ser respeitado como tal. Então eu venho, em nome do meu Partido, o PMDB, deixar essas palavras e dizer que neste propósito nós somos aliados, achamos que a história do povo negro é a história do País, das nossas matrizes religiosas, da nossa arte, do nosso artesanato, da nossa gastronomia. Para onde olharmos está uma das raízes que compõe essa árvore generosa que se chama Brasil, que é a raiz de matriz africana. O PMDB está junto nesta luta e eu cumprimento vocês por esta iniciativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro, Presidente, Ver. Paulo Brum; nosso palestrante de hoje, ilustre presença, o Edson, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, trazendo aqui um abraço a todos vocês que estão conosco nesta tarde e que participam dessa grande luta. Eu falo aqui em nome do meu partido, o PSB, em nome do Ver. Paulinho Motorista e em meu nome, Ver. Airto Ferronato. Eu vou começar registrando a importância das falas todas que aqui tivemos. Eu quero dizer que eu ouvi o nosso último e querido Ver. Valter Nagelstein. Tenho cansado de dizer que tu quando falas nesses temas do racial, da discriminação, tu tens uns argumentos muito apropriados, um grande conhecimento do tema. Portanto, eu acredito que a tua exposição aqui seria o suficiente, não precisaria da minha participação. Eu digo isso, porque lá na nossa Frente Parlamentar, meu caro Edson, eu tive a oportunidade de participar da Frente, e estive em algumas reuniões, e em todas reuniões em que não estive, estive com vocês o nosso Lucas Moesch, que é o meu Chefe de Gabinete, e sei que ele participou intensamente ai com vocês. E nas reuniões em que estive, tive a oportunidade de ouvir o Edson. E venho dizendo faz tempo isso: do apropriada e profundo conhecimento, gente conhecimento deste tema que é importantíssimo para nós. Portanto, meu caro Edson, tu és um homem preparado e que quando usa o microfone, nos ensina bastante sobre o tema, tenha certeza disso, que eu disse numa das primeiras reuniões em que estive com vocês. Inclusive, eu te ouvi em outros discursos, etc. e eu quero dizer isso do Edson para cumprimentar a todos vocês,

pela entusiasta presença, participação, estudo, preparo, discussão e luta. Essa grande luta que é luta de todos nós brasileiros, porque o Brasil é preto e branco. O Brasil é uma mistura belíssima e essa mistura belíssima é que nos enriquece e nos engrandece. Portanto estou aqui para trazer aquele abraço a vocês e dizer que participei, que estamos juntos, que o nosso partido está e sempre estará presente nesta causa e dizer que votei favorável – todos nós votamos favoravelmente – ao dia 20 de novembro, feriado. Não teve o êxito que todos nós esperávamos, mas foi uma grande sinalização de como pensam o homem e a mulher, cidadão e cidadã de Porto Alegre. Nós queremos o feriado de 20 de novembro. Nós queremos esse feriado, porque expressa o sentimento do povo brasileiro. Todos nós, irmãos, temos, sim, um pouco da negritude nas raízes, mas muito também na nossa alma, portanto tenho certeza que essa é uma luta de todos nós e que a Frente Parlamentar tem, sim, andado muito bem com a presença de todos e pelo encaminhamento que se dá. Estamos juntos, um abraço a todos e, àqueles que nós não vemos, um Natal de paz e amor e 2017 com muita saúde e realizações. Obrigado e um abraço a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Agradecemos a presença do Sr. Tata Edson.

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, nós gostaríamos, junto com as lideranças e os Vereadores, de lhe entregar o relatório que foi produzido.

(Procede-se à entrega do relatório.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje é dia de celebrar: celebrar a grande vitória que os municipais tiveram, e município respeitado é Cidade beneficiada. Quero falar disso. Nós fizemos um movimento, desde a semana passada, contrariando a decisão do Prefeito Municipal José Fortunati e a orientação e definição do futuro Prefeito Marchezan, dizendo e afirmando que era legal,

regimental e necessário que a cidade de Porto Alegre tivesse direito ao desconto no IPTU, como tem sido usual há 28 anos, e que a solução para o 13º salário dos municipais e das municipais estava nesse recurso, recurso que a população guarda, desconto que a população aguarda para efetivar o seu compromisso com a Prefeitura por ter um imóvel na cidade de Porto Alegre. Ora, o fato gerador é no dia 1º de janeiro de 2017. O desconto ofertado para quem paga até o dia 2 é perfeitamente legal, aprovado em lei nesta Casa. Abrir mão disso, era jogar quase 30 mil famílias municipais no desespero; era criar um precedente de parcelar um direito de salário de trabalhadores municipais; era tentar mudar a Lei Orgânica, para nós uma cláusula pétrea que estabelece esse direito até o dia 20 de dezembro; era desorganizar as finanças da Prefeitura nesse final de ano tão dramático para o Brasil, para o Estado e para Porto Alegre. Principalmente, subtrair um direito da população que vem se beneficiando do desconto de um imposto há 28 anos. O nosso movimento aqui nesta Casa é muito claro desde a semana passada com a indicação da Bancada do PT para que o Prefeito retomasse o desconto do IPTU. Depois das reuniões de liderança com o Prefeito, reuniões com o Ministério Público de Contas, reunião no Tribunal de Contas, deram ao Prefeito a certeza que nós já tínhamos: a vitória dos municipais que mereciam e dos munícipes, homens e mulheres, moradores de Porto Alegre, ao direito do desconto no IPTU. Acho que estamos colocando na linha uma transição que tem que ser responsável com Porto Alegre e não irresponsável como vínhamos vendo. E conseguimos evitar na união da categoria municipal e na união dos Vereadores e Vereadoras.

A cidade de Porto Alegre está de parabéns, estamos de parabéns nesta Câmara! Custamos a entender que precisávamos tomar essa atitude coletivamente. O Tribunal de Contas foi muito claro. Era mais difícil de sustentar e, possivelmente, ilegal e, portanto, penalizaria o Prefeito, fazer um financiamento para pagar o décimo terceiro dos trabalhadores. E o Prefeito Fortunati faria isso pela postura do Prefeito Marchezan que está ainda inconformado com o desconto do IPTU. Temos certeza que essa redução do IPTU de 12% no início do ano, não tira recursos da Prefeitura. Isso vai fazer que mais pessoas sejam adimplentes, que paguem o imposto em dia. Ela financia o final e o início do ano da Prefeitura, que, afinal, é o único mês que tem uma folha dobrada para pagar. É o único mês que tem compromissos dobrados, como todo o convênio, creches comunitárias; é o único mês que tem compromissos dobrados com as terceirizações que

também pagam o 13º salário. Então, em nome da Bancada do PT, eu quero parabenizar a todos nós, especialmente à categoria municipal que veio aqui quando o Prefeito veio, que se mobilizou nesta Casa para pedir ajuda, para pedir apoio, fez uma grande assembleia ontem, que foi ao Paço Municipal dizer ao Prefeito que continua mobilizada e que quer receber em dia. E agora a Justiça também deu que é um direito sim o pagamento do 13º salário.

Então, eu quero encerrar dizendo que espero que assim como esta Casa teve diálogo com os municipais, teve proposta e autonomia à frente do Executivo, que a Assembleia Legislativa tenha essa postura, porque o que nós estamos vendo pelas redes sociais, é que neste momento a Assembleia Legislativa está sendo cercada por grades de ferro! Coisa que a Câmara não fez. A Câmara recebeu aqui os municipais que lotaram esta Câmara duas vezes. A Assembleia Legislativa está cercada por grades, impedindo a participação dos funcionários, diante da votação de algo que pode, simplesmente, demitir 1.200 pessoas, famílias, sumariamente! Encerrar com a vida de fundações importantes para a inteligência do Estado do Rio Grande do Sul. É inaceitável! Eu acho que a nossa Câmara deu um exemplo brilhante. E a Assembleia Legislativa, por favor, que siga o exemplo desta Casa, melhor para os municipais, melhor para a Cidade. Eu tenho certeza que será melhor para o Rio Grande se a Assembleia for ativa, se tiver alternativas, se sobrar do Governador, que evite sonegação, que evite desoneração, em vez de tributar, todas as consequências de uma suposta crise na vida do funcionalismo do Estado do Rio Grande do Sul.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Obrigada, Sr. Presidente, Ver.^a Sofia, V. Exa. que me antecedeu, eu inicio nessa linha também. Acho que a Câmara Municipal teve um papel, todas as Bancadas, decisivo para a cidade de Porto Alegre, como um todo, com esse olhar do significado dos nossos trabalhadores municipais e também os direitos dos nossos munícipes. Um processo que garantiu aos trabalhadores municipais os seus direitos. Os movimentos que fizemos nesta Câmara em relação ao Sr. Prefeito, numa

reunião no seu gabinete, a solicitação também que ele recebesse os trabalhadores, a nossa ida ao Tribunal de Contas do Estado, creio que estamos, a Câmara Municipal, dando um exemplo do significado de um Poder Legislativo na defesa dos trabalhadores e na defesa do cumprimento da Lei Orgânica do Município. Queria, em nome do meu Partido, o PCdoB, deixar no processo da discussão e da articulação para o pagamento dos trabalhadores do Município de Porto Alegre, queria parabenizar os municipais também porque foi a maior assembleia da categoria. Os municipais estão amplamente unidos, mobilizados, e isso é importante para a luta que têm pela frente, inclusive a decisão que os municipais tomaram para garantir os seus pagamentos do 13º salário até o dia 20 deste mês e o pagamento do mês de dezembro até o segundo dia útil de janeiro, eles estão em estado de greve até a confirmação do pagamento. A greve sempre é, eu considero, porque sou oriunda do movimento sindical, da minha categoria farmacêutica e da minha categoria de servidora pública da Universidade, a mais elevada forma de luta dos trabalhadores. Enquanto tivermos esse direito, vamos garanti-lo porque também esse direito está ameaçado no Brasil. Infelizmente a realidade que estamos vivendo na Cidade de Porto Alegre, que se retrata essa realidade, não se retrata no Estado e no País. Aqui conseguimos conjugar esforços – Legislativo, Executivo e trabalhadores -, para buscar saída para não perderem os direitos dos trabalhadores. No Estado, a Assembleia Legislativa está fechada há dias, não é de hoje, há dias já tem grades e agora sem acesso, a Polícia de Choque está lá para reprimir o povo na praça. Lembro de Castro Alves que dizia que “a praça é do povo, como o céu é do condor”. É uma disputa desonrosa do Governador do Estado contra os trabalhadores que fazem e levam as políticas públicas até a população de todo o Estado do Rio Grande do Sul, sem nem entrar aqui no detalhe desse projeto absolutamente destruturador da ciência, da tecnologia, da inteligência do Estado do Rio Grande do Sul. Aliás, a segurança pública está a serviço da repressão; ontem foi um horror aqui em Porto Alegre, na Cidade Baixa, e em Brasília, enquanto na periferia os trabalhadores estão sendo mortos pela violência e, principalmente, a juventude negra está sendo exterminada. Brasília, para mim foi a Norte do Estado Nacional: aversão total à Constituição de 88, uma constituição oriunda de amplos setores da sociedade; não vieram somente os trabalhadores. Vamos lembrar a composição da Constituinte que o velho Ulysses Guimarães conduziu? Eu estava lá, naquele momento honroso, como Secretária-Geral da União dos Vereadores do Brasil,

ela é chamada de Constituinte Cidadã porque foi uma Constituinte cidadã. Muito bem conduzida por um Congresso Nacional, num patamar completamente diferenciado do Congresso nacional que temos hoje. Ontem foi a morte do Estado Nacional e a PEC é isso: retirar o Estado das suas obrigações constitucionais, com políticas públicas que também foram conquistas sociais. Ontem, o choque no Rio Grande do Sul, as prisões e tiros em Brasília, a votação da PEC da morte na mesma data do Ato Institucional nº 5, que aprofundou a barbárie da ditadura no Brasil. Eu não tenho dúvidas, Senhores, eu vivi essa ditadura! Terminando dizendo: para mim, nós estamos vivendo um dos momentos mais tristes da história deste País, esse Estado de exceção é o fim da democracia, pela qual tantos lutaram e tantos morreram.

Quero deixar, Presidente, exatamente essa minha compreensão aqui. Nós estamos vivendo um momento muito triste da Nação brasileira. E essa tristeza vai se aprofundar, portanto, há que se ter resistência! O meu partido resistirá como resistiu à ditadura de 34, nas ruas e onde o luto houver.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu vou ser duro, embora, do ponto de vista pessoal, eu tenha que respeitar e respeito como ser humano a Ver.^a Jussara Cony. Em primeiro lugar, que Ver.^a Jussara Cony mente. Desculpe-me, Cony, dizer isso, mas é mentira: o PCdoB não lutava pó democracia; o PCdoB lutava pela implantação do seu modelo de mundo. E ao estado em que chegamos em 1964, Ver.^a Jussara Cony, respeito a verdade....

(Aparte antirregimental da Ver.^a Jussara Cony.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Não grite, que a senhora não me constrange. A senhora não me constrange gritando. Espero que a senhora tenha a grandeza de ouvir a minha fala, porque a crítica é democrática. O seu partido lutava, em 1964, pela implantação da sua visão de mundo ligada ao marxismo, ligada ao materialismo histórico, ligada à

Revolução Bolchevique da Rússia e ligada ao modelo que é a visão por que continuam lutando aqui, por exemplo – com legitimidade, não estou dizendo que não –, o PCdoB, o PSOL e o PT, eles lutam por isso.

Agora eu vejo a Ver.^a Cony ali arrumando os belos cabelos que tem, e fico feliz!

(Aparte antirregimental da Ver.^a Jussara Cony.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Belos, belos, Vereadora. Fico feliz, porque, ontem, na Venezuela, eu vi que as mulheres estão tendo que cortar os cabelos para vender, para poder comprar comida. Vejam a que ponto se chega! Quando se junta, na história da humanidade, populismo com marxismo, nós temos só um destino: a miséria e a opressão. O que o Governador Sartori está tendo que fazer é porque Tarso Genro governou o Rio Grande do Sul como se não houvesse amanhã, dando aumentos e fazendo benesses, como se o dinheiro brotasse de uma árvore. Chega uma hora em que o dinheiro acaba, e foi isso o que aconteceu. O dinheiro acabou.

Eu me solidarizo com a questão pessoal de certos servidores celetistas que vão perder os seus empregos. Mas vamos pensar o seguinte, gente! Esse pessoal aqui virou escritório de advocacia de determinadas corporações. Por que quem é que luta pelo trabalhador terceirizado que está aqui e que não tem uma série de benefícios? Quem é que luta pelo trabalhador das empresas privadas, cuja maior parte foi demitida nos últimos tempos pela crise gerada pela visão de mundo desse partido? Porque eles só estão pensando na clientela deles, em determinados grupos de servidores públicos! Mas a sociedade como um todo, ah, a sociedade que se exploda, ou que pague 50% de carga tributária para sustentar isso e sustentar a clientela desses partidos. Nós pagamos a maior carga tributária do mundo no nosso País, nos pagamos uma das maiores taxas de juros neste País e fomos governados por uma visão de mundo que dizia que ia enfrentar isso. Enfrentou? Quanto é o juro do cheque especial no Brasil? Quanto é o juro do cartão de crédito? Por acaso se quebrou com a lógica de buscar dinheiro em banco - o Governo, inclusive, não só as pessoas -? Não! Nada disso. Aí a Jussara vem dizer que a repressão policial... Mas, vem cá, o que fizeram ontem na Cidade Baixa, Vereadora! A senhora é Vereadora da nossa Cidade, a senhora está defendendo o que foi feito na Cidade Baixa ontem? A senhora está defendendo que os comerciantes da Cidade Baixa tiveram que,

há quatro anos, praticamente constituir milícias para poder se defender do vandalismo? Quando eu cobrei isso da Ver.^a Fernanda, ela disse: “Ah, mas isso não é coisa do PSOL, são os anarquistas”. Quebraram toda a Ponte da Azenha! Quebraram a antiga Casas Tigre! Vandalizaram todas aquelas lojas! Queriam depredar a RBS, não conseguiram uma vez, não conseguiram duas, na terceira foram lá e jogaram um tonel de esterco. Invadiram a Câmara! Quero que invadam a Assembleia Legislativa e que não aconteça nada. Como da outra vez, os Deputados do PT – o PSOL nem existia ainda –, do PCdoB, invadiram, sapatearam em cima das mesas e nada aconteceu, porque este aqui é o País da impunidade. Sobre a invasão aqui na Câmara, até outro dia o Ver. Dr. Thiago diz que cobrou do Ver. Koppitke os três computadores que ele deu. Mas ninguém foi punido aqui, me desculpe, eu vou repetir isso. Eu queria, pelo menos, uma advertência aos Vereadores que fizeram um juramento aqui e que, depois, patrocinaram aquela invasão aqui na Casa. Queria, pelo menos, uma advertência, que ficasse lá, no histórico! É triste que não se tenha para pagar o 13º. Poxa, Deus nos livre disso, sem dúvida! Mas vem cá - eu estou dizendo isso mil vezes aqui -, eu vou ter que desenhar? Se não tem de onde tirar o dinheiro, de onde vai tirar? É possível manter o gigantismo estatal?! É possível imaginar que existam 33 mil servidores em Porto Alegre? Não tem como manter, Presidente, 33 mil servidores na Prefeitura Municipal de Porto Alegre! Então, isso tem que ser rearranjado! Os privilégios do Judiciário têm que ser combatidos; os privilégios das grandes corporações e grandes empresas têm que ser combatidos. Mas também, certas categorias que transformaram esses partidos em refúgios para manter as suas benesses, precisam entrar. E todos! Porque quem está pagando é a sociedade de um modo geral, que tem que pagar uma carga tributária de 40% para manter um Estado pesado, ineficiente, que não responde, que não dá segurança, que não dá saúde e que não dá educação, e essas deveriam ser as primeiras questões que um Estado deveria olhar. Mas se todo mundo começa a tirar um pedaço, não sobra para aquilo que é essencial, e é isso que estamos discutindo nesse momento! E o Governador Sartori, por mais incompreendido que possa ser – e por mais que nós possamos nos solidarizar com algumas pessoas que hoje estão em situação difícil, estão tendo seus salários parcelados, ninguém deseja isso, volto a dizer –, há de ser reconhecido no futuro como alguém que teve a capacidade de fazer uma das mudanças estruturais mais importantes

que este Estado precisava fazer e que ninguém, até hoje, teve a coragem e a capacidade de enfrentar esse tipo de problema. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. JUSSARA CONY: Em primeiro lugar eu quero agradecer à oposição, ao Ver. Alex e ao Ver. Comassetto, que me cederam essa Liderança de oposição que, no ano passado, tive a honra de exercer com o apoio das bancadas do PT e do PSOL. Procurei exercê-la com a maior capacidade possível e honrando os nossos três partidos, Ver. Alex e Ver. Comassetto.

É muito bom poder vir a esta tribuna, depois de ouvir o Ver. Valter Nagelstein, por alguns motivos. Para mim, em primeiro lugar, pela honra que eu tenho de ter não só pertencido, desde moça, às fileiras do Partido Comunista do Brasil, mas por ter nascido dentro de uma família comunista. Meu avô, Carlos Augusto Cony, foi dirigente do partido.

Há pouco V. Exa. falava no Prestes. Eu o conheci, era menina, e muitas vezes foi dentro do nosso lar operário, ferroviário – meu pai era ferroviário, líder da categoria – que o Prestes foi acolhido. Acolhido com o amor que os comunistas acolhem os seus companheiros na luta pela democracia, pela soberania do nosso País. Eu tenho o maior orgulho de ter nascido numa família comunista, de ter seguido o caminho dos meus antepassados. E vou lhe dizer, Vereador: em nenhum momento da história deste Brasil o Partido Comunista do Brasil apoiou um golpe ou um Estado de exceção; pelo contrário, o Partido Comunista do Brasil teve a capacidade de forjar unidades e amplitudes para enfrentar o Golpe de 1964. E aqui eu quero me lembrar do velho MDB – movimento, não partido – que se formou exatamente acolhendo aqueles que estavam sendo perseguidos pela ditadura. E das figuras de Ulysses Guimarães, de quem já falei aqui, e de Tancredo Neves, que também teve um papel importante no movimento da legalidade, na articulação política para que, naquele momento, o golpe também não tivesse sido dado. Eu conheço a história na prática: eu fui da juventude da legalidade, e essa prática da história me dá convicção do significado do meu partido. Não sei se todos podem continuar tendo a honra de estar hoje, por exemplo, num partido golpista, como o PMDB. Eu posso continuar

tendo a honra de ser do PCdoB, partido que passou a vida inteira lutando por democracia dentro da Nação brasileira. Quero lhe dizer também, Vereador, com toda a tranquilidade, porque quando a gente é feliz com o que faz, quando a gente sabe que está no lugar certo, quando a gente sabe que criou os filhos... Eu não precisei cortar meus cabelos, Vereador; Vossa Excelência trouxe aqui um exemplo triste, cortei-os quando quis, não precisei cortá-los porque eu trabalhei, lutei, dentro do meu País, como balconista nas lojas Renner, até conseguir fazer um concurso público; inclusive fiz limpezas, Vereador, em casas da burguesia para suprir a minha renda e criar meus filhos. Isso para mim é uma honra, porque nós, mulheres, temos a capacidade de ser, ao mesmo tempo, muitas; temos a capacidade de responder até a uma brincadeira de mau gosto. Não preciso que o senhor elogie os meus cabelos, eu sei que são lindos, e sabe por quê? Porque eles têm a força da minha ancestralidade, eles vêm da minha bisavó guarani. Então, pode admirá-los, mas não precisa elogiá-los, porque sei que são lindos. Eu sei que eles são lindos. Se tivesse que cortar por uma grande causa, eu os cortaria.

Pois é a miséria que eu não quero, Vereador. Estou dialogando com o senhor, o que V. Exa. não faz. É a miséria que eu não quero, a miséria que o golpista do PMDB de hoje está fazendo com o País. E quero lhe dizer uma coisa, Vereador, com o respeito que tenho pelo senhor, como Vereador, como cidadão e com o enorme respeito que tenho por pelo seu pai. Sempre lhe digo isso, já disse dessa tribuna, porque muito aprendi com ele na luta contra a ditadura, que hoje está instalada no País. E vou lhe dizer: quem forjou o golpe, golpeado será. Aguarde, Vereador, o senhor e seu partido, PMDB; aguarde o golpe do PSDB. Quem golpeou será golpeado. Aguarde. Vou estar viva para ver e para lutar, não sei o senhor?

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Valter Nagelstein: Sr. Presidente, eu só quero registrar que não desejo a morte da Ver.^a Jussara Cony, diferentemente dela, que deseja a minha. Ela disse: “Eu estarei viva para ver isso e o senhor não”. Então, eu não desejo.

A Sra. Jussara Cony: Eu apenas disse que quem viver, verá. E afirmei que eu estarei viva para ver e lutar. E o senhor, não sei, não sei se estará, se não estará, se irá lutar,

porque, pelo menos, o que o senhor está fazendo não é luta, o que o senhor está fazendo é golpe.

(O Ver. Engº Comassetto assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Bem, desejamos vida longa a todos os presentes aqui e muito mais.

O Sr. Valter Nagelstein: Eu também acho. Acho que ela está viva e bem viva.

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Eu quero trazer, neste momento importante de discussão, a posição dos Democratas com relação às questões nacionais e às questões locais também. Primeiro, nacionalmente, quero reafirmar o que já falei desta tribuna. A nossa posição integral dos Democratas do Rio Grande do Sul é uma posição favorável ao relatório do Deputado Onyx Lorenzoni, apresentado a favor das dez medidas sem as emendas, principalmente a emenda nefasta, despropositada, sem ser o momento correto de discutir, apresentada por um Parlamentar do Partido Democrata Trabalhista. É uma emenda que realmente cerceia, castra e faz com que a Lava Jato passe a ter limites muito exíguos. Então, somos contrários a essa emenda e favoráveis ao relatório apresentado e aprovado, por unanimidade, na Comissão. Tomara que o Senado Federal tenha clarividência para votar isso que realmente o Brasil pede, solicita e deseja.

Com relação aos pacotes de medidas que estão ocorrendo País afora, em diversos Estados, nós temos uma visão muito clara das débeis administrações que esses diversos Estados tiveram ao longo dos anos. Situações de corrupção, ex-governadores presos na cadeia, isso tudo ilustra um quadro que mostra como estavam carcomidas essas administrações. Nós somos favoráveis a uma análise criteriosa, técnica e que deve ser diferenciada para cada uma das situações, que são diferentes. Concordamos com alguns projetos colocados pelo Governador sim; criticamos e questionamos outros. E eu acho que esses projetos deverão ser bastante esmiuçados pelos deputados. Quero citar um

aqui ao qual diversas categorias têm se mostrado favoráveis, o Projeto nº 250, que acaba remodelando a questão do Instituto-Geral de Perícias e acaba retirando uma monstruosidade que havia no plano da categoria que é a questão da dedicação exclusiva. Os servidores são favoráveis, e o Partido tem se mostrado, tem se colocado, favorável, por exemplo, a esse projeto. Mas há outros que realmente precisam ser repensados.

Com relação à questão municipal, eu acho que o Município precisa efetivamente modificar a sua forma de gerir recursos humanos; precisa diminuir a máquina, precisa racionalizar, nós não podemos ter 28 Secretarias e 10 Departamentos - total de 38 locais com *status* de secretaria -, não podemos conviver com isso, já me posicionei contrariamente lá no início antes disso. Mas, sem dúvida nenhuma, nós precisamos cortar CCs. A Prefeitura precisa fazer um esforço coletivo, um esforço conjunto para cortar cargos comissionados, e tem como fazer. Então essa claramente é a posição dos Democratas: reduzir a máquina pública, cortar CCs sem precarizar serviço. E dá para fazer isso, Ver. Prof. Alex. Então nós precisamos racionalizar a máquina pública, diminuir o tamanho do Estado, diminuir o tamanho das secretarias, cortando cargos comissionados, sem precarizar o serviço. O Democratas não aceitará a precarização de serviços, principalmente na área da Saúde. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, muito obrigado, Ver. Engº Comassetto, que preside a Sessão no momento. Eu gostaria de tocar em alguns assuntos que foram levantados anteriormente aqui, principalmente com relação à lógica que está se impondo de que há a necessidade iminente de cortes, e o tipo de encaminhamento de cortes que está sendo mandado para as diferentes casas legislativas. Nós temos aí, em nível federal, mandado para o Congresso a PEC 241, que agora é PEC 55, recentemente aprovada, que vai destroçar as verbas, a longo prazo, para a Educação e Saúde. Obra, obviamente, do Governo do Sr. Temer, do partido do Ver. Valter Nagelstein, que me antecedeu. Isso vai acabar com as verbas para a Educação, para a Saúde. Esse congelamento é em prol do quê? É em prol da manutenção do pagamento dos juros da

dívida pública, dívida essa que ninguém sabe ao certo a quantas anda, de onde veio, por que ela aumenta nessa velocidade exorbitante. Nós, do PSOL, pregamos que haja, imediatamente, uma auditoria cidadã dessa dívida pública. Se eu recebo carnê me dizendo: “Olha aqui, tu tens que pagar isso daqui, porque é uma dívida do teu pai, que herdou do teu avô”. A primeira coisa que eu vou fazer é saber o que é isso, de onde veio essa dívida, se é legal e se os juros aplicados em cima dela estão corretos. A auditoria deveria ter sido feita muito tempo atrás. E não é uma crítica ao Temer, a crítica que eu faço a ele é no sentido de produzir uma excrescência para produzir um problema financeiro no nosso País. Ou seja, uma atitude, uma proposta idiota, burra, que vai acabar com o nosso País e com os serviços públicos. Em nível estadual, o Governador Sartori, do mesmo partido do Ver. Valter Nagelstein, propõe mais uma idiotice: a extinção de fundações, de departamentos e de empresas públicas. Muitas dessas extinções e vendas futuras estão sendo criticadas por diferentes setores, por pessoas não só do espectro político, ditos de esquerda no nosso País. Nós tivemos recentemente uma declaração pública do ex-Secretário do Governo Yeda Crusius, o Aod Cunha, criticando pesadamente a extinção da FEE; pesadamente. Ele afirma, com todas as letras, que a extinção da FEE vai trazer mais custos para o nosso Estado porque o Estado não tem estrutura para pesquisa, que a FEE faz esse papel, que o Governo do PMDB, do Sartori, vai ter que gastar muito dinheiro com assessoria técnica. Talvez seja esta intenção do Sartori: demitir um monte de gente, cortar órgãos importantes que prestam serviço relevantíssimo para nossa a Cidade, para o nosso Estado e fazer caixa para os seus amigos; fazer caixa para seus amigos! Essa dívida pública que o nosso Estado tem – ao contrário do que foi pregado pelo Ver. Valter – não foi uma invenção do Tarso, embora o Tarso tenha aprofundado muito essa dívida, sendo que ela começou a crescer vertiginosamente no Governo Antônio Britto, do PMDB. Foi ele que começou a destroçar o nosso Estado, mas a memória de algumas pessoas é curta, infelizmente. Nós precisamos auditar também essa dívida, nós não podemos continuar pagando esse absurdo, precisamos das fundações.

A Fundação Zoobotânica pode ser incorporada – deve ser incorporada – aos estudos que a Secretaria de Meio Ambiente deveria fazer e não tem condições, pois não há investimento na Secretaria Estadual do Meio Ambiente. A Fundação Zoobotânica pode contribuir com isso; se não o fizer, aí vamos ter, para licenciar obras, desperdício,

teríamos que contratar empresas. É a má gestão; é a falta de bom senso; é a falta de inteligência que está imperando nos governos do nosso País, do nosso Estado e, infelizmente, da nossa Cidade. Essa falta de bom senso só prejudica a população e prejudica o futuro do nosso Estado, do nosso País, da nossa Porto Alegre querida. E eu só tenho a lamentar. Um grande abraço a todos, e até o nosso próximo encontro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, pena que o Ver. Alex saiu; está-se tornando um mau hábito: as pessoas falam e depois vão embora. É difícil ouvir. O Dr. Thiago está aqui, assim como o Dr. Goulart, agradeço muito. Os nossos servidores da Casa, infelizmente, às vezes, têm a obrigação de nos aturar e de nos escutar.

Senhoras e senhores; TVCâmara; Sr. Presidente, Ver. Comassetto; o Prof. Alex é professor num dos colégios da burguesia de Porto Alegre, talvez da mais alta burguesia, o Colégio Farroupilha. Isso deve denotar que ele deve ser um bom professor, presumo eu. Ele diz que o Governador Sartori é um idiota. Palavras do nobre Vereador. Eu fui buscar no léxico – já que estamos falando sobre um professor de Biologia, fui me socorrer de uma outra matéria...

(Aparte antirregimental.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: É, isso também tem lá na Medicina Legal, todas as doenças mentais: oligofrênico, polifrênico, esquizofrênico – e por aí vai, não é, Dr. Thiago? Mas aqui no dicionário consta que idiota é a pessoa que carece de inteligência e de discernimento; tolo, ignorante ou estúpido. Então, quando a pessoa expõe, num espaço tão sagrado quanto a tribuna da Câmara, o seu desconhecimento, se pode

presumir que, infelizmente, ela própria esteja se enquadrando naquilo que diz o nosso dicionário brasileiro a respeito do que é um idiota.

Diz o Ver. Alex aqui – vamos começar por partes, vamos indo parte a parte do que ele disse –: “As dívidas precisam ser auditadas, porque essas dívidas aí não podem ser verdadeiras”. Vamos imaginar, ou mais do que imaginar, verificar que o último Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi o Governo do PT, alinhado com o que ele pensa, governado e gerido pelo Sr. Tarso Genro, pai da Luciana Genro, Líder do Partido dele. Será que o PT não fez auditoria dessa dívida? Por outro lado, o governo que ele também apoia, porque diz que somos golpistas, aquilo que o Congresso Nacional produziu, dentro dos marcos da Constituição e da legalidade e com a chancela e a manifestação jurisdicional do Supremo Tribunal Federal; mas eles dizem que é golpe. A Jussara Cony diz que é golpe, o Prof. Alex Fraga diz que é golpe, o PT diz que é golpe. Continuam dizendo porque eles precisam repetir essa mentira todos os dias, até porque eles próprios acreditam nisso. São tão tolos que eles próprios acreditam na mentira. Mas o PT geriu e gerenciou o País por quantos anos? O Lula por duas vezes, a Dilma por uma, foi isso e mais uma metade. Não fizeram a tal da auditoria essa na dívida para dizerem se é verdadeira ou não? Então, ele não conhece as ferramentas mais básicas, mais elementares de economia. Ele diz o seguinte: “Ah, mas nós estamos pagando essa dívida e o juro aumenta cada vez mais!” Mas, quanto maior for a dívida, maior é o juro. Isso é uma coisa evidente, está no manual básico de qualquer classe de primeiro semestre de economia. Vou trazer para o campo da pessoa: quanto mais uma pessoa estiver endividada, mais o banco vai cobrar juro para emprestar o dinheiro para aquela pessoa, porque maior é o risco que ela tem de não pagar. O mesmo acontece com os governos, quanto mais um governo toma dinheiro, mais risco ele tem de dar calote. Aquele que empresta dinheiro, como forma de se precaver, mais caro cobra o juro. Essa é a regra! É assim que gira essa roda, queira ele ou não. Então, quanto mais os governos gastam com pessoal, com manutenção, com custeio ou com investimento, e os governos no Brasil não fazem investimento, daí não têm dinheiro para poda de árvore, não têm dinheiro para tapar buraco de rua, para consertar balanço de praça, para nada! Então, os governos não têm dinheiro para investimento, mas quanto mais o governo gasta em pessoal, quanto mais o governo gasta em custeio, mais ele precisa tomar dinheiro, na medida em que o que ele está tomando da sociedade em impostos não está sendo suficiente para pagar o

tamanho do rombo. E vou dizer mais uma vez o que já disse aqui: esse pessoal ou é burro – e eu não acho que eles sejam – ou se fazem de burros, porque não querem entender. Se a gente está ganhando menos em casa do que está gastando, tem que cortar despesa. Aí eu vou ter que cortar a Net, por exemplo. Eu não tenho dinheiro para pagar a Net! Ou vou ter que deixar de ir ao supermercado, ou não comprar tanto no supermercado! É isso que os governantes têm que fazer em épocas de crise. A lógica não é diferente da casa da gente. Vamos lá, por que o Governador Sartori está tendo que extinguir? A Fundação de Economia e Estatística presta bom serviço, ninguém está duvidando. Então, pergunto a vocês: será que o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que fica aqui pertinho, aqui do lado, não poderia e não pode fazer os mesmos serviços de levantamento estatístico que a Fundação de Economia e Estatística faz? Será que a Faculdade de Economia da UFRGS, a Faculdade de Economia da PUC, a Faculdade de Economia da Ritter dos Reis, as faculdades de economia de um modo geral não poderiam e não podem produzir pesquisa, e o Governo conveniar com elas e obter dados!? E quando precisar, eventualmente, de um dado, de uma pesquisa ou de um setor, vai lá e busca esse dado? Será que as federações dos trabalhadores, que têm pesquisas sobre desemprego e outras coisas, não podem fazer pesquisa? Será que a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, que tem um departamento próprio, não pode fazer pesquisa? E será que o Governo não pode ir a todos esses lugares e buscar dados de pesquisas - fazer convênio e ter pesquisa - e não precisar manter uma estrutura enorme, todos os meses, para fazer pesquisa? O Aod fala, eu até sei por que ele fala, porque, na verdade, ele está falando com espírito de corpo, ele é funcionário de carreira, assim como a Dilma. Mas chega uma hora em que o espírito de corpo tem que dar espaço àquilo que é substantivo na sociedade. Nós não temos dinheiro para hospital, gente! Não tem dinheiro para viatura de polícia, não tem dinheiro para pagar hora extra para o brigadiano, não tem dinheiro para comprar um aparelho de injeção e tem que ter dinheiro para manter uma estrutura que vai estar fazendo pesquisa e dado estatístico de economia!? Que bom que tivesse dinheiro sobrando para isso; a gente manteria. Vamos lá para o Cientec, aqui do lado. Eu ouvi o pessoal dizer: não, o Cientec faz pesquisas importantíssimas; no verão verifica a balneabilidade da água do nosso litoral. Mas, por favor! Com todo o respeito ao Cientec e aos seus servidores, à história que foi produzida ali, mas eu vou a um laboratório perto da minha casa, na Barão do Amazonas, levo uma

amostra da água e eles fazem uma análise da qualidade da água ali. E eu pago R\$ 100 para fazer isso, não preciso gastar R\$ 10, 15, 20, 30 milhões para manter uma estrutura que tem 40, 50 anos e que infelizmente – infelizmente! –, na atual circunstância e conjectura, não tem mais como se manter. Temos a Corag - mesma coisa vale aqui para o Município, a gente tem a Procempa que presta serviço aqui -, vocês sabem por que a Corag existe no âmbito do Estado e a Procempa existe no âmbito do Município? Porque é monopólio! Porque a gente é obrigado a comprar o serviço deles, que custa duas, três vezes mais! Mas para que o Estado tem que ter uma gráfica à sua disposição? Para que tem que ter uma estrutura mobilizada à sua disposição? Precisa de material gráfico? Faz uma licitação, Lei nº 8.666, menor custo, vai lá e imprime o material. Mas preferem pagar servidor, décimo terceiro, vantagens, licença-prêmio e mais uma série de outras coisas. É possível?! Fundação Zoobotânica é uma coisa até ultrapassada. Eu não levo as minhas crianças no zoológico, me desculpem, porque eu acho um sofrimento enorme ver um pobre bicho daqueles, que tinha que estar na natureza para lá e para cá, dentro de uma jaula. Um leão enjaulado! Aquilo é uma vida que eu não desejo para ninguém. O Jardim Botânico eu acho que é muito bom, tinha que manter. Mas precisa ter uma Fundação Zoobotânica para ter o jardim? Quantas praças e parques têm na Cidade? Tem aqui o Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, do nosso lado, o Parque da Redenção, o Parcão, o Saint'Hilaire, e por aí vai. Por que não a Fundação Zoobotânica, já cercada e tudo, ser incorporada como mais um parque da Cidade? Temos a CESA; temos a Metroplan, empresa de planejamento da Região Metropolitana. Desculpem-me os servidores, com todo o respeito, mas está planejando mal, e não está se justificando. Vocês sabem quantos ônibus chegam e saem de Porto Alegre, no Centro, todos os dias? Quarenta e seis mil viagens, e a maior parte disso, 450 mil pessoas, vêm da região metropolitana, todos os dias, para Porto Alegre; 150 mil pessoas saem todos os dias de Porto Alegre para a Região Metropolitana. Até hoje conseguiram colocar só um barquinho aqui, pequenininho, para fazer a ligação de Guaíba com Porto Alegre, e passa ano, vai ano e vem ano, é uma das coisas que luto, e ainda falei com o Prefeito eleito, agora nesta semana, desejo muito que ele coloque transporte hidroviário aqui. No mínimo 350 mil pessoas que moram na Zona Sul da Cidade, que moram na Restinga, por exemplo, poderiam pegar o ônibus numa bacia coletora, ir até o Belém Novo, embarcar ali numa estação hidroviária e vir de barco levando dez minutos para o Centro. Hoje, quem mora

no Belém Novo ou na Restinga está levando duas para chegar aqui. Quem tiver que passar aqui pela Medianeira, ou por aquela região, vê o trânsito todos os dias, pois só têm três caminhos para irmos: ou vamos pela Glória, ou vamos aqui pela Medianeira, ou vamos pela Zona Sul, pela Av. Wenceslau Escobar, todos os três completamente congestionados. E o rio, uma hidrovía à disposição, e não se trabalha a hidrovía. E a Metroplan é a empresa que deveria trabalhar o planejamento da Região Metropolitana, incluindo aí o transporte. Tem empresas boas? Têm! A CEEE, por exemplo. A CEEE só não quebrou até hoje, apesar de já foi assaltada várias vezes pela sua corporação, eu tenho um colega advogado, e não vou declinar o nome, que ganhou de uma ação de indenização dentro da CEEE no valor de R\$ 60 milhões, comprou o prédio do Edifício União, aqui na frente da Prefeitura. As pessoas se organizam e fazem uma ação, a Justiça do Trabalho reconhece... E, porque todo mundo tem que pagar conta de luz, esse negócio não tem fim, é por isso que uma empresa dessas se sustenta, senão já tinha fechado. Então, enquanto nós não começarmos a cobrar privilégios - e aí quero falar de novo sobre o Judiciário, de salário de juiz a R\$ 210 mil por mês - tudo isso tem que ser revisto. E aí o Dr. Thiago falou da PEC das 10 medidas. Mas eu só quero dizer a vocês que quando o Deputado Onyx começou a trabalhar a PEC das 10 medidas, ele tinha criado freios, sim, com relação ao Ministério Público. Depois, ele achou, na sua sensibilidade, que era melhor tirar. Estive esta semana na Ordem dos Advogados do Brasil, com o Presidente Nacional Lamachia e com o Presidente Ricardo Breier aqui para discutir segurança, criminalidade e violência. Até achei estranho, porque veio aqui o pessoal do Viva Rio e do Movimento Você e a Paz, de São Paulo, que foram os principais protagonistas da Campanha do desarmamento no Brasil, que desarmou só o cidadão de bem. Hoje em dia, o que a gente tem certeza é que o bandido está armado e que as famílias estão desarmadas, foi isso que aconteceu. Eu estive lá como democrata, para assistir, estava falando com o Presidente, e disse assim: Presidente Ricardo, abusos existem, mas, também o Ministério Público tem cometido muitos. E tenho dito, como advogado: a acusação é uma coisa tão grave, meus amigos, meus concidadãos porto-alegrenses, a acusação é algo tão grave, que ela não pode ser feita sem consequências. Nem com relação a quem é acusado, nem com relação a quem acusa, se, eventualmente, acusa de forma indevida ou leviana. Hoje em dia, no processo que se instalou no Brasil, basta o mero indício para que se transforme a vida de uma pessoa, e que, de pronto,

basta o Ministério Público acusar, e aquela pessoa já se transforma, perante a opinião pública, em culpada. Isso está errado, gente! Nós temos cérebro e cabeça para pensar; é para refletir. Essa questão do Ministério Público; eu dou um exemplo para vocês na vida prática, que aconteceu esta semana: o Viaduto Otávio Rocha, todos conhecem, né? O Viaduto Otávio Rocha, aqui na Av. Borges de Medeiros, nos últimos tempos, foi transformado em moradia de pessoas, talvez, desventuradas, desprovidas de sorte na vida, quem sabe? Uma situação, realmente, que causa tristeza e até solidariedade de quem tem espírito humano. É obvio que não se quer as pessoas vivendo aquela condição, mas o que se espera de um Governo? Que se dê condições àquelas pessoas, ou de terem habitação digna, ou de serem levadas para algum lugar e serem tratadas com dignidade, mas não que morem ali no meio do Viaduto Otávio Rocha! E a Prefeitura foi lá e fez a remoção, porque ali tinham barracas, porque ali as pessoas, infelizmente, estão fazendo as suas necessidades fisiológicas, e até ato sexual ali. Outro dia, se viu, estava circulando pela Internet. Mas não é o lugar, gente. E aí foi a Prefeitura lá e fez uma ação de remoção dessas pessoas. Aí vieram estes movimentos de esquerda dizendo que é higienização, entre aspas, e foi um Promotor de Justiça e chamou os técnicos da Prefeitura para dar explicações. É isso que o Ministério Público tem que fazer? Mas ele foi eleito? Ele tem mandato? Ele se submeteu a uma eleição, as pessoas foram lá, livre e soberanamente, e votaram? Eu acho que ele tem que ser fiscal da lei, mas ele não pode ter este tipo de atuação que extrapola, exacerba muito as suas competências. São esses limites que nós temos que, democraticamente, de forma madura, de forma responsável, começar a examinar. Outro dia, eu disse ao Dr. Marcelo aqui, que é o chefe do Ministério Público, que é meu amigo, até, mais ou menos, contemporâneo, tratando em primeira pessoa, dada a nossa relação: “Marcelo, vocês tem que pensar, porque, às vezes, Secretários e Prefeitos no Interior estão deixando de fazer coisas com medo do Promotor. Porque o Promotor vai lá, tem uma caneta atômica, ganha R\$ 30 mil por mês, tem uma assessoria, quatro, cinco assessores, dez estagiários, movimenta a máquina estatal contra o cara, processa o cara. O cara tem que contratar um advogado e custa, no mínimo, R\$ 50 mil, tem que vender um patrimônio, vai ficar dez anos se defendendo e, às vezes, aquilo ali não dá em nada. A vida do cara está azarada, e, ao Promotor, acontece o que? Basta desse negócio, isso aí é uma máquina de acusação. Não pode ser assim!”. Então, é isso. Não estamos defendendo impunidade, nem nada disso. Eu acho que quem

cometeu crime tem que ser punido, quem é o ladrão tem que ir para a cadeia, quem é o corrupto mereceria a maior das penas, Sr. Presidente, mas tem que haver limites. Este é o processo da sociedade, do sistema de pesos e contrapesos, e nenhuma instituição pode estar acima da lei, nem o Ministério Público pode se dizer o dono da lei, porque não é. E quem diz a lei, na expressão do latim, *iurisdictio*, jurisdicionar, dizer a lei, é o Juiz, não é o Promotor de Justiça. E agora as pessoas estão sendo chamadas ao Ministério Público para assinar o TAC, porque o Promotor entende que é deste ou daquele jeito. Aí vai alguém da FASC lá ou do DMLU, enfim, e faz uma remoção e o Ministério Público chama para tomar satisfação, por que está fazendo e ainda ameaça que vai ser processado. Mas o mundo está realmente de cabeça para baixo! Nós temos que começar a consertar essas coisas todas. Então, Sr. Presidente, como era um Grande Expediente, me perdoem, eu fiz aqui uma espécie de *pot-pourri*, dei uma passada por vários assuntos, mas é o momento que a gente tem que aproveitar, porque o tempo é longo, para poder discorrer sobre essas coisas todas e deixar aqui consignado, nos Anais da nossa Câmara Legislativa, um pouco do nosso pensamento e da nossa opinião. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Obrigado, Ver. Valter. O Ver. Waldir Canal está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

PAUTA

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Não há quem queira discutir a Pauta. Está encerrado o período de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h50min.)